

FORMAÇÃO ECONÔMICA DO MARANHÃO: superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento

Jomar Fernandes Pereira Filho¹

RESUMO

Este artigo discute a formação econômica do Maranhão, desde a tentativa de implantação da França Equinocial no século XVII, até a primeira década do século XXI. O texto considera os impactos causados pelas crises externas, notadamente as duas grandes guerras e a crise de 1929, na economia maranhense que, desde sua origem, esteve voltada para o exterior. É dado um destaque para duas questões endógenas: a superexploração da força de trabalho e o sistema político oligárquico. No início do século XXI, a economia maranhense continua marcada pela baixa produtividade e pelo binômio desemprego-informalidade. O artigo busca abrir um debate sobre o papel do estado oligárquico na construção e manutenção desse modelo de acumulação que tem gerado um recorrente atraso econômico e social.

Palavras-chave: Forças Produtivas. Indústria. Exploração. Crescimento Econômico.

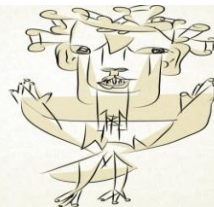
Classificação JEL: E23, R10

ABSTRACT

This article discusses the economic formation of Maranhão, since the attempted implementation of Equinoctial France in the seventeenth century until the first decade of this century. The text considers the impacts of external shocks, especially the two world wars, and the crisis of 1929, in Maranhão economy, since its origin, has been outward looking. A highlight for two endogenous issues is given: the exploitation of labor power and oligarchic political system. At the beginning of XXI century, Maranhão economy continues marked by low productivity and the unemployment-informality binomial. The article seeks to open a debate on the role of oligarchic state in the construction and maintenance of this accumulation model that has generated a recurring economic and social backwardness.

Keywords: Productive forces. Production. Industry. Exploration. Economic Growth.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: jomar_fernandes@hotmail.com



1. Introdução

O Maranhão surgiu no cenário econômico da colônia no século XVII, em plena vigência do Mercantilismo, por isso é necessário conhecer como se deu sua inserção no mercado internacional, marcada pelos monopólios da coroa portuguesa, desde a expulsão dos franceses em 1615 até o *boom* do algodão no último quartel do século XVIII, que possibilitou a acumulação de capital necessária para a industrialização iniciada no último decênio do século XIX, principalmente em São Luís, Caxias e Codó.

Utilizando categorias da obra de Rui Mauro Marini como *superexploração da força de trabalho* e *subimperialismo*, esta última utilizada, dentre outros objetivos, para explicar a divisão nacional do trabalho ditada pelo centro dinâmico de São Paulo, que reproduzia internamente as relações de dependência centro periferia causadas pela divisão internacional do trabalho. Nessa linha de abordagem, a realidade econômica do Maranhão será revista acrescentando-se particularidades históricas que vão diminuir o nível de abstração, através de análises sobre as consequências da aliança entre as elites políticas da capital e o latifúndio coronelístico do interior na desarticulação do desenvolvimento industrial do estado, que se iniciou no mesmo período que a industrialização paulista, mas que percorreu, ao contrário daquela, um caminho descendente.

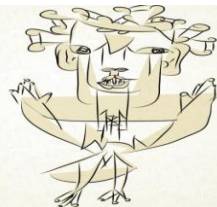
A falência definitiva da indústria têxtil no Maranhão, nas décadas de 1950 e 1960, motivada pela concorrência externa aliada à estagnação tecnológica será abordada tendo como pano de fundo as crises que marcaram o século XX e, sobretudo, o papel desagregador (no plano interno) e subserviente (no plano externo) que as elites políticas locais desempenharam entre 1890 e 2000 e que continuaram, mais que antes, a desempenhar na primeira década do século XXI.

O artigo encerra relacionando o crescimento do PIB com a renda per capita e com determinados indicadores sociais, para demonstrar a inutilidade social do modelo econômico de enclaves adotado a partir dos anos 1970, por inspiração da ala neoliberal da ditadura. Utilizando dados de instituições oficiais, de entidades representativas do setor empresarial e da literatura econômica afim, o artigo forma um quadro de como o estado oligárquico, em suas diversas versões, deu cobertura institucional para a *superexploração da força de trabalho* como resposta retrógrada ao atraso tecnológico, ao mesmo tempo em que aceitava um papel de periferia em relação ao centro dinâmico que se formou em São Paulo, reproduzindo internamente elementos da categoria marinhiana do subimperialismo.

2. Retrospectiva

A economia do Maranhão surgiu integrada ao processo de expansão ultramarina dos países europeus, que se deu entre os séculos XV e XVIII. Coincide com a etapa de acumulação de capital por parte da burguesia mercantil, que iria redundar no modo de produção capitalista. Nesse sentido, este artigo começa a analisar a economia maranhense, a partir do último quartel do século XVIII, justamente no período em que a máquina a vapor, inventada por James Watt, deu à Inglaterra a dianteira na produção industrial em larga escala, principalmente de têxteis. Esse fato histórico aumentou exponencialmente a demanda mundial por algodão. E o algodão foi a “tarefa” destinada ao Maranhão pela nova divisão internacional do trabalho.

É consenso hoje que a Revolução Comercial representou um golpe de morte na economia feudal, que era estática, fragmentada e religiosamente contrária ao lucro. A exploração de riquezas em terras americanas e africanas, além das já conhecidas terras asiáticas, representou etapa decisiva da



acumulação capitalista na Europa, com a formação de um vigoroso sistema bancário que dava suporte a um comércio em escala mundial, bancado, entre outros fatores, por forte suprimento de metais preciosos, especialmente prata e ouro vindos das Américas.

O Brasil surge no cenário mundial no mesmo contexto de “descoberta” das Américas (Colombo, 1492; Cabral, 1500). Ruy Mauro Marini assim define a gênese histórica desta parte do mundo que, pela língua dos seus “descobridores”, passou a se chamar América Latina.

Forjada ao calor da expansão comercial promovida, no século XVI, pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capital internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, num primeiro momento contribui para o aumento do fluxo de mercadorias e para a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e abriram o caminho para a criação da grande indústria. (MARINI, 2000, pp. 107-108).

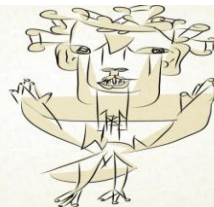
2.1 Da França Equinocial à exportação de açúcar de cana

No século XVI o açúcar começou a ser produzido em escala comercial para abastecer a Europa. Portugal plantava cana-de-açúcar nas ilhas de Cabo Verde, Açores e Madeira. A partir da “descoberta” das novas terras por Cabral, a coroa portuguesa procurou vincular a colonização do Brasil ao Mercantilismo e assim, além da exploração do pau Brasil, colonos foram enviados com a missão específica de produzir açúcar. Em 1550 já existiam vários engenhos no litoral brasileiro, principalmente nas capitanias de Pernambuco e São Vicente. Cem anos depois, por volta de 1650 o Brasil já era o maior produtor mundial de açúcar de cana.

Como unidade geográfica e política, o Maranhão surgiu em 1534, quando a coroa portuguesa dividiu o território brasileiro (nesse tempo limitado a oeste pela linha imaginária do Tratado de Tordesilhas de 1494) em 15 lotes que receberam a denominação de capitanias hereditárias – um resquício da cultura feudal. Em 1621, a coroa portuguesa criou o Estado do Maranhão (47% do território do Brasil) que durou até 1652. Em seguida ocorreram mais seis divisões. Somente em 1920 o Maranhão alcançou a atual conformação territorial (Ferreira, 2008). Estudos mostram que essas modificações territoriais foram todas determinadas por fatores econômicos.

A ocupação do território maranhense esteve atrelada à exploração econômica referente à produção de cana-de-açúcar, do algodão e do babaçu, desde o período colonial até os primeiros anos da República. Essa, contudo, sofreu várias transformações derivadas das necessidades da França (fundou a capital), de Portugal (retomou dos invasores duas vezes e efetivou estratégias de ocupação), Holanda (invadiu e dominou uma vez por vinte e sete meses) e Inglaterra (interferiu em acordos econômicos), que viabilizaram o domínio e posse (assentamentos, entradas, engenhos), áreas de produção, escravização indígena e negra africana, exploração de recursos, e ações de políticas territoriais (fortes, missões, vias de acesso), culminando na ampliação do povoamento. (FERREIRA, 2008).

A **Companhia de Comércio do Maranhão**, criada em 1681 com o monopólio da importação e exportação em terras maranhenses, marcou uma nova etapa da intervenção estatal, que alterou profundamente a incipiente economia erigida em torno da produção e exportação de açúcar do Maranhão. A política de preços elevados, o não cumprimento de compromissos por parte da Companhia para com o comércio local, dentre outros fatores, provocaram o movimento que ficou conhecido como “a revolta de Beckman”, liderada pelo próspero comerciante maranhense Manoel Beckman. Os revoltosos queriam o fim da Companhia que fora dada pela Coroa a comerciantes



portugueses. Clamavam também pela expulsão dos jesuítas que eram contrários à escravização dos indígenas, num momento em que a escassez de mão-de-obra se confundia com a própria escassez da população e ainda não havia um tráfico regular de escravos africanos. A revolta foi sufocada por tropas portuguesas e seu líder enforcado em 1684. Mas a Companhia logo foi desativada pela Coroa.

O açúcar maranhense começou a enfrentar a concorrência do açúcar das Antilhas, principalmente de Cuba. Os holandeses quando foram expulsos do Brasil, foram para lá e montaram uma estrutura produtiva muito mais moderna e eficiente. A situação só voltou a melhorar a partir de 1755 com a criação da **Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão**, pelo primeiro ministro português, o Marquês de Pombal.

2.2 A Era Pombalina e a economia maranhense

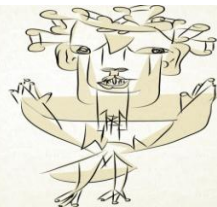
A companhia criada pelo Marquês de Pombal aplicou aqui aquilo que Ricardo iria chamar no século seguinte de *vantagens comparativas*. Portugal não priorizou a industrialização, ancorado que estava em seu vasto império colonial, onde era mais vantajoso produzir matéria prima para a nascente indústria inglesa. Ele determinou que no Maranhão só se plantasse algodão e cravo, produtos que atendiam aos interesses da Coroa e da burguesia mercantil portuguesa. A Companhia Geral de Comércio garantia o suprimento de escravos africanos, melhores para o trabalho nas lavouras que os índios, além de crédito para os produtores locais e Pombal expulsou os jesuítas, criando um ambiente que permitia a exploração máxima da força de trabalho escrava sem os reclames da piedade cristã e sem a concorrência dos interesses comerciais daquela Ordem religiosa. Isso proporcionou uma grande acumulação de capital. De meados do século XVIII, até o fim do período colonial (1822), o Maranhão conheceu grande prosperidade econômica, tornando-se uma das mais importantes economias da Colônia.

Os efeitos da Companhia criada por Pombal foram tão grandes que entre 1760 e 1771 as exportações de algodão do Maranhão passaram de 651 para 25.473 arrobas (Gaioso, 1970). E essa produção crescente teve ainda um grande impulso externo: em 1776 ocorreu a **independência dos Estados Unidos**. Isso levou a Inglaterra a suspender as importações daquele país o que aumentou a demanda pelo algodão de outras partes do mundo, dentre as quais o Maranhão¹. Mesmo com o fim da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1778, por ato da rainha D. Maria I, a economia maranhense já havia alcançado um grau importante de acumulação de capital e uma integração ao mercado internacional, que possibilitou o seu crescimento até os movimentos pela independência na década de 1820².

No último quartel do século XVIII e nas três primeiras décadas do século XIX, as exportações de algodão variavam de 73% a 82% do total das exportações do Maranhão (FIEMA-CEI, 1988; Carvalho, 1982). Nesse período, muitos estudiosos afirmam que a economia maranhense poderia ser chamada de “a economia do algodão”. Mesmo atravessando várias crises, a maioria de origem externa (concorrência, flutuações de preços, questões cambiais, etc.), o algodão ocupou sempre o primeiro lugar na pauta de exportações da província até os primeiros decênios do século XIX.

1. De acordo com Arruda (1980), com a força da economia algodoeira, por volta de 1774, o Maranhão liderava o PIB per capita do Brasil com 112 dólares. O menor era o da Paraíba com 22,4 dólares, enquanto que o PIB médio brasileiro ficava em 61,2 dólares.

2. Segundo Viveiros (1954), no final do período colonial, uma arroba do algodão maranhense era negociada a 5\$500. A tributação cobrada pelo tesouro imperial português era de \$600 e o frete pago para as empresas de transporte portuguesas, nada menos que \$800. Mais de 25% de custos só com frete e tributação, sem contar os custos da produção extensiva e os de transporte das plantações até o porto de São Luís. Com a baixa do preço



internacional em função do aumento de produtividade em outros países produtores, a situação da cotonicultura maranhense ficou insustentável.

No período pós-independência começou a surgir outro problema para a economia brasileira e para a maranhense, por extensão: a dívida externa. No período colonial, as dívidas eram de Portugal, mas com a independência política, essa variável passou a fazer parte das contas nacionais. **Ruy Mauro Marini** trata desta questão que, para ele, está na raiz de nossa dependência:

Até a metade do século XIX, as exportações latino-americanas estão estagnadas e a balança comercial latino-americana é deficitária; os empréstimos externos se destinam a sustentar a capacidade de importação. Ao aumentar as exportações e, sobretudo, a partir do momento em que o comércio exterior começa a produzir saldos positivos, o papel da dívida externa passa a ser o de transferir para a metrópole parte do excedente obtido na América Latina. (MARINI, 2000, p. 108).

Marini destaca que mesmo com o extraordinário crescimento das exportações brasileiras entre 1902 e 1913, da ordem de 79,6%, a dívida externa do país cresceu não menos que 144,6%, representando em 1913, 60% do gasto público (MARINI, 2000, p.109). A partir do estudo desses dados empíricos e amparado pelo arcabouço teórico do Marxismo, Marini desvendou uma das bases da Dependência:

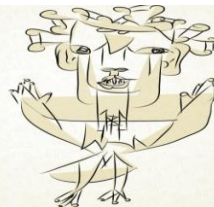
É a partir desse momento que as relações da América latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento posterior da região. Em outras palavras, é a partir desse momento que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (MARINI, 2000, p. 109).

As consequências econômicas da independência política do Brasil ainda são pouco estudadas, mas o senso comum, desta vez aponta na direção correta ao relacionar a independência com a mudança do “chicote” de Lisboa para Londres. Em 1822 o Brasil deixa a dependência colonial e passa a outra dependência, qualitativamente diferente, como bem ilustra Marini em um dos poucos pontos de discordância entre ele e seu amigo André Gunder Frank. Para Marini, ao contrário de Frank, “a situação colonial não é igual à situação de dependência” (MARINI, 2000), embora reconheça que há uma continuidade entre ambas. A diferença estaria no estágio de desenvolvimento das forças produtivas, um dos motivos – segundo Marx – porque a história não se repete.

2.3 Antecedentes da Indústria no Maranhão

A Gênese da indústria maranhense no final do século XIX é fruto do que muitos estudiosos chamam de “a loucura industrial”. Antes de chegarmos a esse momento, necessário se faz uma retrospectiva do processo de acumulação de capital da burguesia agrário-exportadora maranhense, entre o último quartel do século XVIII até a década de 1890.

Quando ocorreu a abertura dos portos, com a vinda da família real para o Brasil em 1808, a economia maranhense estava em seu apogeu. O comércio exterior da capitania girava em torno de um milhão de libras por ano e movimentava mais de 100 navios. Nesse período a economia do Maranhão superava a de Pernambuco e só era menor que a da Bahia (Viveiros, 1954; Gaioso, 1970). Em 1815, quando o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves, a capitania do



Maranhão virou província do Reino. Nesse período “a província do Maranhão fornecia ao Tesouro Real mais tributos do que o resto do Império Português, excetuadas as [demais] províncias brasileiras.” (Tribuzi, 1981, p. 15). O período de florescimento do algodão, que se estendeu desde a segunda metade do século XVIII até meados do século XIX, provocou um elevado crescimento da população da capital. No ano da independência, 1822, São Luís era a quarta cidade mais populosa do Brasil, ficando atrás do Rio de Janeiro, Salvador e Recife (IBGE Sinopse dos censos, 1872-2010).

Bandeira Tribuzi, em seu livro *Formação Econômica do Maranhão* destaca que o *boom* econômico colonial maranhense trazia nele mesmo as raízes de sua decadência:

O crescimento da economia se fazia comandado “de fora” e “para fora” (era dirigido pelo monopólio da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e visava criar excedentes exportáveis para o Reino de Portugal, onde a CGCGPM multiplicava seus lucros na reexportação); o sistema escravista impediu o surgimento de um mercado interno significativo (a composição da população em 1822 era de 85.000 pessoas livres e 90.000 escravos); a exclusão de 2/3 da população dos direitos de gente livre e a alta concentração de renda da população livre (a vida econômica girava em torno de poucas centenas de famílias que monopolizavam a terra e os escravos) permitia criar maciços excedentes exportáveis dos produtos de demanda externa forte e condicionava o modelo monocultor; do mesmo passo que transferia a quase totalidade da renda gerada para a metrópole, impedia a diversificação da economia e a criação de uma infraestrutura social (TRIBUZI, 1981, pp. 15-16).

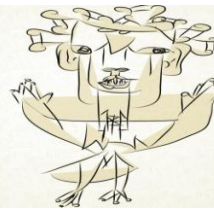
Diante desse quadro, agravado sobremaneira pela abolição da escravatura em 1888, a burguesia agroexportadora maranhense buscou investir seus capitais acumulados em outro setor. Motivados pelos ventos da Revolução Industrial que sopravam da Inglaterra para o mundo, os coronéis do interior e de São Luís resolveram se tornar capitães de indústria. No final do século XIX, principalmente a partir de 1890, o Maranhão conheceu uma série de empreendimentos industriais, que abarcavam a produção de produtos básicos com ênfase nos têxteis. Assim assistiu-se a criação de indústrias as mais variadas: calçados, pregos, munição de chumbo, fósforo, cerâmica, beneficiamento de arroz e, principalmente, têxteis.

Em 1895 ocupava o primeiro lugar entre os estados industriais o de Minas Gerais, com 37 fábricas, e o segundo, Maranhão, com 16. Estávamos acima da Capital Federal, do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo, que tinham respectivamente, 15, 14, 12 e 10. (VIVEIROS, 1954, v. 3, p. 49).

A informação de Viveiros (1954) mostra a importância do parque industrial que se formou no estado na virada do século XIX para o século XX. Mas a falta de uma série de fatores, que vão desde a incapacidade de articulação econômica do governo, tributação elevada, desqualificação da mão-de-obra, chegando até a falta de visão e de preparo (capacidade de gestão) da burguesia local, foi determinante para que o Maranhão não se firmasse como estado industrial desde o começo do século XX.

2.3.1 As primeiras fábricas de fiação e tecelagem

Como já destacado, o sistema algodoeiro no Maranhão já vinha enfrentando problemas desde a extinção internacional do tráfico de escravos em 1850. Com a abolição em 1888, a quebra foi quase geral. Com muito capital acumulado, a burguesia agroexportadora promoveu o que ficou conhecido como a “loucura industrial”, que se caracterizou pelo fato de que as elites agrárias saíram de



repente de suas fazendas de algodão e de cana-de-açúcar para uma atividade totalmente desconhecida: a produção industrial com maquinaria importada dos países centrais.

Francisco Benedito da Costa Barbosa, em artigo para o IPADES intitulado *Economia do Maranhão e de São Paulo: semelhança na origem, descontinuidade no desenvolvimento* (2012), apresenta um estudo sobre as diferenças de desenvolvimento das economias do Maranhão e de São Paulo, que durante o período de 1755 a 1840 experimentaram um significativo crescimento econômico, respectivamente com o algodão e o açúcar. Barbosa discute como essa pujante economia construída no Maranhão em torno da cotonicultura, começou a ruir entre o final do século XIX e início do século XX.

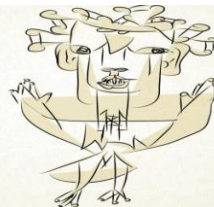
Essa economia entrou em declínio no final do século XIX. A agricultura voltou a ser de subsistência e o Estado só retomou a um novo ciclo econômico com o extrativismo do babaçu, a partir da década de 1920, e a agricultura camponesa. Esta, estabelecida por migrantes nordestinos que a partir da segunda metade da década de 1930 passou a ocupar os vales dos rios maranhenses. Quais fatores concorreram para esse quadro? Se a independência das treze colônias americanas contribuiu para que o preço do algodão ativasse a cotonicultura maranhense, na segunda metade do século XVIII, com o fim da Guerra de Secessão (1861-1865), os Estados Unidos ao retomarem sua produção com melhor produtividade fizeram com que os preços do algodão no mercado internacional caíssem com reflexos na produção maranhense. (BARBOSA, 2012).

Barbosa (2012) analisa diferenças cruciais das duas principais economias do Brasil de então: Maranhão e São Paulo. A questão da realização da produção, a nível interno, é indicada: São Paulo, também com economia voltada para exportação (café) adota outro caminho com relação a mão-de-obra, resultando em ganhos de produtividade e formação de um mercado interno para bens-salário.

No plano interno, enquanto o cultivo do algodão no Maranhão ainda dependia de mão-de-obra escrava, com custos crescentes, São Paulo já produzia café, no final do século XIX, com mão-de-obra não escrava, a qual lhe proporcionava uma nova expansão econômica via as indústrias de bens de consumo imediato que passaram a surgir. Nessa condição, os investimentos paulistas faziam crescer diretamente a renda da coletividade em quantidade idêntica ao investido, isto porque o investimento se transforma em pagamentos e fatores de produção, o que hoje denominamos de cadeia produtiva a montante. Na economia exportadora-escravista do Maranhão, o resultado do investimento era inverso. A maior parte dele fazia-se em pagamento no exterior com a importação da força de trabalho [escravos]. (BARBOSA, 2012).

Como havia outras atividades produtivas, dentre as quais o complexo da cana-de-açúcar e indústrias de bens-salário, pode-se dizer que, nesse período, havia um mercado interno em formação. Afinal, o Maranhão, entre o final do século XVIII e as duas primeiras décadas do século XX, teve uma das economias mais dinâmicas do país.

As elites de então acharam que poderiam continuar, se não mais com o escravo clássico, com outro “mecanismo de produção” de resultados semelhantes: a *superexploração do trabalho*, num momento em que não havia uma legislação trabalhista. Somente este último fator pode explicar porque aquelas fábricas atrasadas, muitas delas operando ainda a vapor, funcionaram até o final da década de 1960. E aí, sem entrar no mérito se Marx previu ou não a superexploração do trabalho, tem-se que dar crédito a **Ruy Mauro Marini**, que buscou nessa categoria, uma das explicações para a dependência da América Latina, que conseguiu manter seu papel na divisão internacional do trabalho, compensando as trocas desiguais com a obtenção de uma mais-valia extra, via combinação de três fatores: aumento da jornada, aumento da intensidade do trabalho, e diminuição do salário para abaixo do valor da FT. Sem



isso, aquelas fábricas não teriam reduzido seus custos a ponto de atravessar quase todo o século XX com tamanha inferioridade tecnológica em relação ao resto do mundo. Para isso contribuiu o elevado contingente populacional do país que possibilitou a formação do exército de reserva. O Professor **Elizeu Serra de Araújo** em estudo sobre as categorias marinianas, assim relacionou o exército de reserva, a superexploração e a baixa produtividade do trabalho:

Essa tendência do exército de reserva explica, em consequência, por que a reprodução do capital nas economias dependentes, em vez de basear-se principalmente no aumento da produtividade do trabalho e na consequente redução do valor da força de trabalho – a mais valia relativa clássica –, continua baseada largamente em modalidades regressivas de exploração, tais como as discutidas no presente trabalho. A conformação de um salário que, em média, situa-se abaixo do valor da força de trabalho desestimula o capital a recorrer ao uso de maquinaria em larga escala, reduzindo o campo para o aumento da produtividade do trabalho. (ARAÚJO, 2014, pp. 15-16).

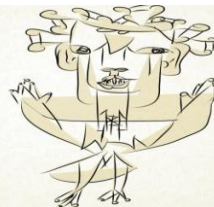
Para Marini (2000) e antes, para Caio Prado Junior (1966), a causa da dependência da América Latina era mais que simples relações comerciais com termos de troca deteriorados. A América Latina – Brasil junto – fazia parte do processo global de desenvolvimento do capitalismo, contribuindo com matérias-primas e alimentos para o barateamento da Força de Trabalho na Europa, ao mesmo tempo em que vivenciava especificidades na esfera de sua produção, *locus* de geração da mais-valia, de onde extraíam a compensação, com um aumento do excedente apropriado.

Depois da queda do parque fabril têxtil maranhense, veio o óleo de babaçu, mas este nem uma classe assalariada formou, pois usou como *neoescravas* as quebradeiras de coco que, com jornadas aviltantes e ganhos abaixo de suas condições de subsistência, representaram outro exemplo da superexploração.

3. Estágio de desenvolvimento das forças produtivas no Maranhão atual

O senso comum identifica uma periodização da economia maranhense pautada em ciclos como cana-de-açúcar, algodão e babaçu. Este último predominou desde os anos 1920 até os anos 1970. Nas duas últimas décadas do século XX havia uma predominância da produção intensiva de soja no sul e leste do estado, além da cana de açúcar para a produção de álcool anidro e hidratado nas regiões Tocantina, Gerais de Balsas e Baixo Parnaíba, bem como uma razoável pecuária de corte, tudo isso entrecortado por segmentos de agricultura familiar. Colocados sobre esse “bolo” econômico, como “cerejas”, estão os enclaves da Alumar e da Vale do rio Doce, no plano privado, e a Base de Lançamento de Satélites de Alcântara, no plano público. Os dois primeiros são frutos do último planejamento da ditadura militar, o II PND (Governo Geisel). Esse quadro da economia maranhense no final do século XX continuou, sem alterações qualitativas, na primeira década do século XXI.

Analisando a economia maranhense como um todo, na primeira década do século XXI, cerca de 70% do seu PIB vem dos três setores dinâmicos já citados (ferro, alumínio e soja). Há, pois, a necessidade (e possibilidade) de crescimento de outros setores, tais como o turismo, a cadeia produtiva da pesca, a agricultura, pecuária e agroindústria, a bioenergia e a inovação tecnológica, além de uma possível diversificação da atividade industrial. Para isso já concorrem fatores logísticos como a maior proximidade da Europa e dos EUA, uma malha ferroviária significativa, um porto em processo de modernização e boa oferta de energia, que tende a melhorar com a construção de usinas hidrelétricas na Amazônia. Somando-se a tudo isso é necessário – do ponto de vista do crescimento econômico – investimento público em educação, em pesquisa e desenvolvimento e em mais infraestrutura. Ocorrendo esses avanços, as forças produtivas se deslocam para um novo estágio e a luta de classes



vai desempenhar seu papel em outro patamar, tanto na busca imediata por uma melhor repartição da renda nacional, como pelo estabelecimento de objetivos de caráter estratégico.

3.1 A produção de alumínio

O complexo do alumínio no estado teve início com a implantação do Consórcio Alumar cujas instalações fabris foram inauguradas em 1984.

O Consórcio de Alumínio do Maranhão - ALUMAR é um dos maiores complexos de produção de alumínio primário e alumina do mundo. Inaugurado em Julho de 1984, é formado pelas empresas Alcoa, BHP Billiton e Rio Tinto Alcan, e desempenha um papel importante no Maranhão. (<http://www.alumar.com.br>, acesso em 12/05/2014).

O processo de produção do alumínio é muito mais complexo que a produção do ferro, por exemplo. Envolve alta tecnologia e é consumidor intensivo de energia elétrica. Só há lucratividade com produção em escala. Por esses motivos é que poucas empresas no mundo produzem alumínio. Em síntese, tudo começa com a extração da bauxita, minério rico em óxido de alumínio. Na refinaria da indústria a bauxita é refinada e transformada em alumina, um produto intermediário, matéria-prima do alumínio. Este é obtido através de uma redução por método eletrolítico.

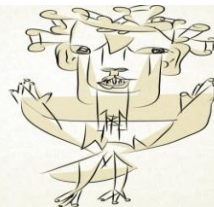
3.2 O complexo do ferro

A economia do ferro, a partir da operação do Projeto Grande Carajás, nos anos 1980, se consolidou como um dos principais componentes da pauta de exportações do Maranhão. O objetivo era explorar economicamente a Província Mineral de Carajás, uma dádiva da natureza descoberta em 1967 no estado do Pará³. Tratava-se de uma operação de exportação de *commodities* que, pelo preço unitário reduzido, só tem valor econômico se exportado em larga escala. O porto de Belém não tem calado suficiente para receber grandes navios. Também por dádiva da natureza, o do Maranhão é o segundo mais profundo do mundo. Foi assim que esse estado entrou no projeto, como corredor de exportação do minério de ferro. O Maranhão possui hoje sete indústrias siderúrgicas produtoras de ferro-gusa, com volume de produção (FIEMA-CEI, 2008) de 148 milhões de toneladas/mês e uma indústria de pelletização, todas com baixo índice de agregação de valor.

4. População

O Maranhão possui uma população de 6.574.789 (IBGE, 2010), distribuída de forma irregular em uma área de 331.983 km², o que corresponde a uma densidade demográfica de 19,8 hab/km². A distribuição da população por gênero apresenta o seguinte resultado (IBGE, 2010): Homens: 49,61%; Mulheres: 50,39%, o que acompanha a média nacional que é, respectivamente, 48,97% e 51,03%.

Observando-se a evolução da população maranhense, total e por situação de domicílio, vê-se que o Maranhão só fez a inversão rural-urbana em meados dos anos 1990, cerca de trinta anos depois que essa inversão ocorreu no país. Esse dado pode parecer de natureza secundária na análise do desenvolvimento das forças produtivas, mas denota uma realidade *sui generis* da relação latifúndio-população rural no Maranhão: um latifúndio improdutivo manteve as pessoas no campo, como *pagadores de renda*. Grandes parcelas de terra, em todas as regiões do estado, foram mantidas no século XX como reserva de valor e de poder político, acobertadas, sobretudo, pela fraude e pelo compadrio.



3. Cronologia da implantação do Programa Carajás. 1974: conclusão dos estudos de viabilidade do Projeto Ferro Carajás; 1982: início do lançamento dos trilhos da EFC em agosto; 1984: inauguração da ponte sobre o rio Tocantins em Marabá, em outubro; 1985: inauguração oficial da EFC no dia 28 de fevereiro; 1986: inauguração do transporte comercial de passageiros, em março; 1987: início do transporte de soja, em abril; início do transporte de produtos derivados de petróleo, em outubro; 1989: inauguração do trecho inicial da Ferrovia Norte-Sul, em abril, passando a ser operada com apoio da EFC e permitindo a exportação dos grãos produzidos no norte do estado de Tocantins pelo porto de Ponta da Madeira. (FIEMA-CEI, 2008).

5. Educação

O analfabetismo é um fenômeno histórico. Vem diminuindo nas duas últimas décadas, mas ainda é muito grande, especialmente no Nordeste. Se as pessoas não sabem ler, não há como discutir o restante do edifício educacional. No Maranhão, a taxa de analfabetismo entre pessoas de 10 anos ou mais era de **19,31%, em 2010**. Um índice alarmante para a primeira década do século XXI, que explica, em parte, o porquê do atraso da economia do estado e diz muito também da atuação das elites políticas maranhenses ao longo da história.

Se para o sistema político oligárquico, o analfabetismo foi um grande aliado da dominação conservadora, para o desenvolvimento ele é um câncer que precisa ser erradicado. Em uma sociedade midiática e tecnológica, onde a informação ocupa o altar principal, ter 20% da população com mais de 10 anos sem saber ler é uma tragédia histórica! Segundo dados do IBGE (2010) a taxa de analfabetismo no Maranhão é mais que o dobro da taxa nacional e não por acaso, a maior do Brasil.

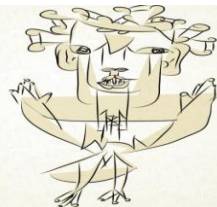
6. PIB do Maranhão e os enclaves

Dados do IBGE mostram a taxa de crescimento do PIB do Maranhão em comparação com a taxa de crescimento do PIB do Brasil. A partir de 2003, somente nos anos da crise (2008 e 2009) o crescimento do Maranhão foi menor que o do Brasil, pois, proporcionalmente, a economia local é muito mais vulnerável às flutuações externas, dado a quase que total dependência de sua economia à exportação de *commodities*.

Pela extensão do litoral, pela grandeza e fertilidade do território, pela posição geográfica e por muitas outras potencialidades, o Maranhão tem quase tudo para se desenvolver. Dentre os entraves, o político se coloca como o maior desafio a ser vencido.

Em 2010, em valores correntes, o PIB do Maranhão alcançou R\$ 45,256 bilhões. Um crescimento de 8,7% em relação a 2009, mas o PIB per capita de R\$ 6.888,60 era o mais baixo do país! Em 2011, o PIB local teve um crescimento chinês, de 10,3% (7,6 pontos acima do crescimento do Brasil que foi de 2,7%). Em termos de PIB per capita, passamos para R\$ 7.852,71 e o resultado no quadro federativo foi que conseguimos sair do último para o penúltimo lugar, na triste competição pelo título de estado mais pobre do Brasil.

Quando o IMESC (2012) informou que as *commodities* (alumínio, produtos do complexo ferro e soja), representaram 96,5% do valor das exportações em 2010, significou que todo o resto da economia maranhense foi responsável por apenas 3,5% das exportações do estado. Em valores correntes de 2010, para um total de exportações de US\$ 2,2 bilhões, a economia genuinamente maranhense foi responsável US\$ 77 milhões. Por esses dados pode-se afirmar o redundante fracasso desse modelo.



7. Conclusão

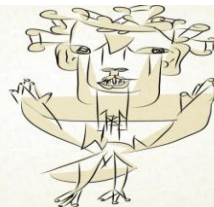
Ao analisar a economia maranhense desde a França Equinocial até os dias atuais, uma conclusão inexorável se impõe: a dependência aos centros dinâmicos externos. No primeiro momento, a Portugal, o principal colonizador. A partir do século XVIII, com a Revolução Industrial, entra em cena a dominância do capital inglês. Nesse período aconteceu a independência dos EUA e esse fato político diminuiu a oferta de algodão para a indústria inglesa. Aumentou assim, a demanda por mais algodão do Maranhão, que viveu seu período áureo. Com a independência do Brasil, em 1822, a dependência para com a Inglaterra acentuou-se. Na segunda metade do século XIX, a guerra da secessão nos EUA, voltou comprometer a produção de algodão dos EUA, o que favoreceu a produção de baixa qualidade do Maranhão, mas por pouco tempo. Logo os americanos recuperaram seus níveis de produtividade e a produção maranhense, que já vinha sofrendo com o encarecimento do seu principal bem de capital (o escravo), com a abolição, recebeu o golpe de morte, que desestruturou sua produção, totalmente assentada no trabalho escravo, quando o sudeste já estava adaptado ao trabalho assalariado. Com o agravante da corrida da borracha na Amazônia, que drenou para aquela região boa parte da força de trabalho local, as grandes fazendas maranhenses perderam a condição (econômica) de existir.

Entre 1914 e 1918, mais uma vez uma crise externa – desta vez a primeira guerra mundial – ofereceu oportunidades para a economia local. Com a produção na Europa paralisada pelo conflito, as fábricas de São Luís, Caxias e Codó tiveram a possibilidade de uma preparação para ampliação da produtividade e da oferta, em função de um aumento anunciado da demanda para o período pós-conflito. A literatura não mostra nada de significativo nesse sentido. As elites locais, satisfeitas com o aumento dos preços no mercado internacional e com a *superexploração* interna, não buscavam ganhos de produtividade.

Com a perda da centralidade que o algodão detinha no século XIX, o século XX assistiu uma regressão da atividade no campo, que voltou a operar em núcleos isolados de subsistência. Os capitais locais se estruturaram na economia do babaçu, aonde todo o fornecimento de matéria-prima vinha de uma atividade muito comum na pré-história: a coleta. A característica dessa atividade era a *superexploração da força de trabalho* das quebradeiras de coco, o que garantia uma maior lucratividade das indústrias, pela diminuição dos custos de produção. Essa indústria adquiriu grande destaque nos anos 1950 e só perdeu importância na década de 1970, com a chegada dos grandes projetos, além da própria defasagem tecnológica.

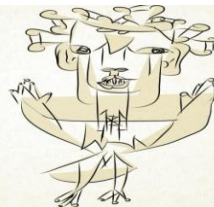
O século XX inteiro, foi marcado no Maranhão pela *superexploração da força de trabalho*, que permitia alguma competitividade pela redução anormal do custo da força de trabalho, tudo isso com o beneplácito do estado oligárquico que sempre se beneficiou dos votos dos rincões controlados pelos “coronéis”. A produção só crescia quando havia crise de oferta em outros países por guerras ou catástrofes. O único mecanismo de crescimento alternativo era conquistado com a ampliação da fronteira agrícola. E aí, mais uma vez, o latifúndio expulsou os lavradores através da fraude da titulação de terras, o que garantiu poder político aos “coronéis” do interior, que mantiveram relações de colaboração permanente com os grupos políticos da capital, resultando na criação de um sistema político de compadrio em tudo avesso à criação de um ambiente propício para o desenvolvimento.

Com uma população hoje na casa dos 7 milhões de pessoas, somente os programas sociais do governo federal e a política de valorização real do salário mínimo, não vão assegurar um nível de crescimento que tire o estado da rota da pauperização. Falta a criação do ambiente propício para o investimento, que extirpe a forma oligárquica de domínio ampliando a participação popular nas decisões e que dê prioridade histórica à educação.



REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Elizeu Serra de. **Os Mecanismos da Superexploração do Trabalho**. Artigo submetido à SEP. São Paulo, 2014.
- ARRUDA, J.J.A. **O Brasil no Comércio Colonial**. São Paulo: Ática, 1980.
- BARBOSA, Francisco Benedito da Costa. **Economia do Maranhão e de São Paulo: Semelhança na origem, descontinuidade no desenvolvimento**. São Paulo: IPADES, 2012.
- CANO, W. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1990.
- CARREIRA, A. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/INL, 1988, 2 vol. (Documentos).
- CARVALHO, C.J. **Ascensão e Crise da Lavoura Algodoeira no Maranhão (1760- 1910)**. Rio de Janeiro; UFRJ, 1982. Dissertação de Mestrado.
- ENCICLOPÉDIA AGRÍCOLA BRASILEIRA. **Algodão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, v.1, 1995.
- FERREIRA, Antônio José de Araújo. **Políticas Territoriais e a Reorganização do Espaço Maranhense**. São Paulo: USP, 208. Tese de Doutorado. 269 f.
- FURTADO, Celso Monteiro. **Formação Econômica do Brasil**. 21. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1986.
- GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio Histórico-político dos Princípios da Lavoura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970. (1ª edição em 1818).
- HIRSCHMAN, Albert O. **Auto-subversão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Cap.14: Como a revolução keynesiana foi exportada dos Estados Unidos, p.159-175. (primeira edição em inglês, 1989).
- HUBERMAN, Leo. **A História da Riqueza do Homem**. 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.
- IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. (primeira edição em 1971).
- IMESC-MA. **Produto Interno Bruto do Estado do Maranhão: 2006 – 2010**. São Luís, 2012.
- MARANHÃO, Secretaria de Planejamento e Gestão. **Plano Plurianual 2012-2015 do Governo do Estado do Maranhão**. São Luís, 2011.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000. (Antologia).
- _____. O Conceito de Trabalho Produtivo. In: **Ruy Mauro Marini: Vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARQUES, Cezar A. **Dicionário Histórico-Geográfico do Maranhão**. São Luís: Typographia Frias, 1870. (Disponível em PDF na Biblioteca digital do Senado).
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1, Vol. I, 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MAY, P. **Palmeiras em Chamas: Transformação agrária e justiça social na zona do babaçu**. São Luís: EMAPA/FINEP/Fundação Ford, 1990.
- MEIRELES, M.M. **História do Comércio do Maranhão**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1992. v.4.
- NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 1995. (primeira edição em 1979).
- PAXECO, Fran. **Geografia do Maranhão**. São Luís: Teixeira, 1922.
- POLARY, José Henrique Braga. **Indústria no Maranhão: Panorama recente e prospectiva**. São Luís: SESI, 2001.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.



RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. Tradução: Paulo H. R. Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961. (primeira edição em inglês, 1960).

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e alternativas**. São Paulo: Edusp, 2003.

SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira: Origem e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec; Ed. da Unicamp, 2000. (Economia & Planejamento; 40. Série “Teses e Pesquisas”; 24).

TAVARES, Maria da Conceição (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. Ed. Fundação P. Abramo, 2000.

TRIBUZI, J.P.G. **Formação Econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento**. São Luís: FIPES, 1981.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão: 1612-1895**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1992. 2v. (primeira edição em 1954).